1. COMPLEXIDADE ASSISTENCIAL

O cristianismo começou a se formar a partir de uma primeira comunidade de seguidores de Jesus Cristo em Jerusalém, onde pessoas pobres se ajudavam mutuamente e era dado auxílio a indivíduos vulneráveis: doentes, deficientes, viúvas, órfãos e idosos, conforme a descrição contida no segundo capítulo do livro bíblico *Atos dos Apóstolos*.[3] Surgiu historicamente ali, num único ambiente, o que no futuro seriam os albergues, hospitais, asilos, orfanatos e outras instituições de amparo a pessoas necessitadas. A distribuição igualitária de recursos entre os primeiros cristãos ficou marcada como experiência comunitária modelar e veio a inspirar pensadores socialistas, cristãos e ateus.[4]

Historicamente mais tarde, no âmbito do nascente catolicismo e em nome do princípio cristão da *caridade*, clérigos reafirmaram o tradicional cuidado das pessoas mais carentes de suas áreas de atuação na Ásia e Europa dos séculos IV e V. Recuperando a experiência das primeiras comunidades cristãs, os bispos instituíram a *diaconia*, termo que se tornaria bastante caro também aos protestantes, um milênio depois, e que designava o serviço específico de amparo a desvalidos feito por religiosos designados. Tal serviço se desenvolveu, gradativamente, até somar-se, no século XII, a uma mobilização mais ampla pela criação de instituições em que os necessitados passaram a ser acolhidos, tratados e, muitas vezes, confinados.[5]

Visceralmente ligada às elites econômicas e ao poder temporal, a Igreja Católica redefiniria, ao menos em parte, sua relação com os pobres e necessitados através das inovadoras ordens mendicantes iniciadas por Francisco de Assis (1182-1226) e Domingos de Gusmão (1170-1221). Cinco séculos depois, a instituição romana teria em Vicente de Paulo (1581-1660) um patrono das obras de caridade da igreja, dada a ênfase com a qual ele as conduziu. Seu

nome batizou uma associação beneficente, também da França, em meados do século XIX, que se tornaria uma das maiores expressões mundiais em termos de práticas caritativas católicas, realizando distribuição de alimentos aos mais pobres. Frédéric Ozanam (1813-1853), fundador da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP), veio a ser beatificado em 1997, tornando-se, assim, ainda mais reconhecido como caridoso símbolo jovem católico.[6]

Trazendo de volta o foco da análise para o Brasil, ao se tratar de práticas beneficentes católicas, devemos nos remeter às corporações medievais, que, na então colônia do século XVII, tomaram os nomes de irmandades, confrarias e ordens terceiras. Entre elas se destacaram as Irmandades da Misericórdia, das quais surgiram em diversas cidades as Santas Casas de Misericórdia, hospitais voltados aos segmentos mais vulneráveis, e as Confrarias dos Homens Pretos, que garantiam sepultamento a escravos e arrecadavam recursos para a obtenção de alforrias.[7] Tal trabalho caritativo se propagou através das congregações e de movimentos tradicionais católicos, entre eles o dos vicentinos.[8]

No âmbito do protestantismo – trazido efetivamente ao país por imigrantes luteranos alemães nos anos 1820 e depois, na segunda metade do século XIX, por pastores ingleses e estadunidenses: presbiterianos, batistas e metodistas – também houve iniciativas assistenciais. Com grande valorização da leitura bíblica, os evangélicos impulsionaram a alfabetização, além de outras práticas de ajuda mútua entre os membros de suas comunidades.[9]

Por último, a terceira vertente cristã socialmente significativa no Brasil, o espiritismo, chegou neste país com a fundação, em 1865, de seu primeiro centro em Salvador.[10] O principal líder dessa fase pioneira – também responsável pela unificação espírita em torno da identidade religiosa cristã – foi o médico cearense Adolfo Bezerra de Menezes (1831-1900), que consolidou a prática caritativa através da prescrição e doação de remédios, alimentos e roupas a pessoas pobres, igualmente no Rio de Janeiro.[11]

De volta à contextualização histórica mundial, cabe dizer que a palavra "esmola" remete à doação de dinheiro aos pobres, tendo muitas vezes a instituição religiosa como intermediária. Foi esse sentido que a caridade popularmente ganhou na Idade Média, através da Igreja Católica, já muito forte e próspera. No mundo moderno, a instituição religiosa foi essencialmente substituída pelo Estado em termos da obrigação moral de amparo aos socialmente vulneráveis. Assim se deu na Inglaterra, primeiro país onde o capitalismo industrial se desenvolveu, cabe lembrar. A partir da chamada Lei dos Pobres, o governo britânico desenvolveu uma política de proteção social que vigorou do século XVI até à formação de seu Estado de Bem-estar social em meados do século XX.[12] Em meio a idas e vindas – mediante avanços politicamente progressistas e retrocessos liberais –, o indivíduo em condição fragilizada vem, aos poucos, no mundo, adquirindo o reconhecimento de sua condição de *cidadão*, com direitos assegurados, em vez de mero objeto de piedade religiosa institucional e individual. No entanto, as devocionais práticas caritativas permaneceram e passaram a conviver com iniciativas semelhantes, guiadas por motivações ideológicas diversas e chamadas de filantrópicas.

Trabalho assistencial contemporâneo

Tradicionalmente, o trabalho religioso[13] se desdobra em trabalho assistencial, sendo este em maior parte, no mundo moderno, realizado pelo Estado através de seus próprios organismos ou então mediante convênios com instituições da sociedade civil, entre as quais têm certo destaque as religiosas, fundamentalmente as cristãs. Tais instituições possuem como outra fonte de sustentação as doações feitas na forma de dízimos, mensalidades, campanhas e coletas, sistematicamente organizadas. Evidentemente, elas compõem o chamado terceiro setor.[14] As organizações assistenciais cristãs integram efetivamente esse universo das entidades sem fins lucrativos, privadas, embora prestadoras de serviço público.